

EDITORIAL

- I) Subsídio eventual
- II) Concursos desertos
- III) Ida a Angola

I

Conforme as declarações que o ministro das Finanças, Dr. Ulisses Cortez, prestou, vai ser concedido a partir do próximo dia 1 de Setembro um subsídio eventual de custo de vida sobre os actuais vencimentos dos funcionários públicos, referidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 046, de 23 de Dezembro de 1958.

No caso dos bibliotecários e arquivistas esse subsídio é de 20%, pelo que a situação passará a ser esta no capítulo dos seus vencimentos:

- 1) Bibliotecários-chefes — Letra J — ganhavam 4 500\$00 e passarão a receber 5 400\$00, com um aumento de 900\$00 (Por enquanto só há um tal cargo na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e está previsto outro para a Biblioteca Municipal do Porto);
- 2) 1.ºs Bibliotecários — Letra K — ganhavam 4 000\$00 e passarão a receber 4 800\$00, com um aumento de 800\$00;
- 3) 2.ºs Bibliotecários — Letra L — ganhavam 3 600\$00 e passarão a receber 4 320\$00, com um aumento de 720\$00;
- 4) 3.ºs Bibliotecários — Letra O — ganhavam 2 600\$00 e passarão a receber 3 120\$00, com um aumento de 520\$00.

Em relação ao que os bibliotecários e arquivistas desejam — e se não se resolver este ponto, teremos a certeza de que o futuro das bibliotecas e arquivos será bem negro — que é a equiparação aos outros

técnicos do Estado, verifica-se agora ainda maior disparidade, pois os vencimentos que estes técnicos passarão a ter são os seguintes:

Técnicos-chefes — Letra D — terão 8 400\$00, mais 1 560\$00;

Técnicos de 1.^a classe — Letra F — terão 7 800\$00, mais 1 300\$00 do que anteriormente;

Técnicos de 2.^a classe — Letra M — terão 6 480\$00, mais 1 080\$00;

Técnicos de 3.^a classe — Letra K — terão 4 800\$00, mais 800\$00.

Quer dizer, a disparidade já antes verificada alargou-se agora muito mais, pois a percentagem que foi a mesma — 20% — incidiu sobre montantes diversos e daí a diferença ser agora mais acentuada.

Se até aqui não havia frequência ao curso, se até aqui poucos eram os que permaneciam na carreira, de agora em diante muitos menos vão entrar ou ficar nos postos. Os quadros estão cada vez mais rarefeitos e o nível científico de instituições tão delicadas como os arquivos e bibliotecas vai ficar pela hora da morte.

A Nação não pode dispensar a informação científica, técnica, industrial, comercial, contida nas suas bibliotecas e nos seus arquivos. Agora que a Nação faz um esforço para ter um lugar ao sol na melhoria económica no concerto dos países, não pode dispensar, pôr de lado tal massa de informações. Ou se o fizer, então auguramos-lhe um mau fim: o caminhar sem alicerces, sem fundamentos sólidos. E os resultados serão naturalmente o que até os mais leigos antevêem: a ruína! Informação, dado bibliográfico é sinónimo de ferramenta, de estrutura fundamental de Progresso.

Nas declarações que o sr. Dr. Ulisses Cortez prestou à imprensa no momento de anunciar este subsídio eventual, referiu-se à necessidade da melhoria do nível técnico e à formação profissional dos servidores do Estado, evitando-se o empolamento de certas categorias e aludiu também à urgente reforma administrativa. Todos nós estamos realmente ansiosos por que estas imperiosas medidas venham depressa e dêem o devido lugar aos bibliotecários e arquivistas. A prolongar-se por mais tempo um tal estado de coisas, todos nós prevemos onde os nossos estabelecimentos documentais, arquivísticos e bibliotecários irão parar — à mais triste das situações. Ninguém alimente uma dúvida!

II

Como os ordenados são inferiores aos de qualquer colégio com muito menos horas de prisão — a hora semanal paga-se em qualquer modesto colégio, com direito a férias remuneradas, pelo menos a 105\$00 ou seja à volta de 25\$00 por aula!... e a tendência é para alcançar os 140\$00 de hora semanal — e sem ter de cumprir as seis horas diárias de serviço, ninguém quer desempenhar as funções de bibliotecário e arquivista. E o quadro aí está bem patente:

No Diário do Governo, II série, de 20 de Maio de 1966, anunciou-se 12 vagas de 3.^o bibliotecário e arquivista. Decorreram trinta dias e só um concorrente apareceu!

EDITORIAL

Agora, o Diário do Governo de 18 de Julho de 1966 volta a publicar novo anúncio a abrir concurso para o preenchimento daquelas vagas:

- 4 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
- 3 na Biblioteca Nacional de Lisboa;
- 3 na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra;
- 1 na Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa
- 1 no Arquivo Distrital do Porto.

Quer dizer, 12 lugares! Ora, como não havia diplomados, recorreu-se ao expediente que o decreto-lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, permite: o concurso está aberto para os que já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo Curso. Mesmo assim poucos concorrentes haverá, já que a frequência do Curso no presente ano lectivo foi diminuta — cinco ou seis alunos! Amanhã este mesmo concurso vai abrir de novo, conforme com a terceira hipótese que a lei prevê — concurso aberto simplesmente entre os licenciados com um curso superior, obrigando-se estes, no prazo de três anos, para obterem o provimento definitivo, a tirar o diploma do Curso de Bibliotecário-Arquivista. Na realidade que vai acontecer a estes indivíduos? Como o ordenado é diminuto, eles apenas se demorarão nas bibliotecas e arquivos o tempo suficiente para arranjar uma nova colocação, mais rendosa, o que não é nada difícil. Tudo questão de tempo. Portanto, a boa intenção do legislador — atrair gente ao Curso de Bibliotecário-Arquivista — vai ser iludida e apenas por uma só razão: insuficiência de ordenados, vencimentos diminutos!

Acrescente-se ainda que nestes últimos tempos mais três ou quatro outros lugares surgiram — e não vão ser preenchidos... Se não quisermos a rarefacção dos quadros técnicos, científicos das nossas bibliotecas e arquivos, se não quisermos que estes morram de vez como estabelecimentos de base ao serviço do geral desenvolvimento da Nação, se não quisermos a sua degradação, só teremos um caminho a seguir: atrair gente para a profissão fazendo a equiparação dos bibliotecários e arquivistas aos outros técnicos do Estado, aos professores dos liceus. E não nos iludamos com mais esta ou aquela panacea, que é simples expediente para não atacar de frente o problema — o da equiparação!

III

Cadernos promove mais uma iniciativa de largo alcance para os bibliotecários e arquivistas. Graças ao decidido apoio dado pelo Ministério do Ultramar, por intermédio da sua Direcção-Geral do Ensino e do seu ilustre Director-geral, Doutor Justino Mendes de Almeida, a quem desejamos aqui prestar as nossas mais rendidas homenagens pelas gentilezas e compreensão que tem mostrado para com todas as questões que naturalmente se levantam sempre em organizações deste género, vai deslocar-se um grupo de bibliotecários e arquivistas a Angola de 19 de Novembro a 5 de Dezembro próximo. Irão ministrar, como monitores, um curso intensivo de técnica bibliográfica. Insistir-se-á sobretudo nos aspectos mais práticos da catalogação e da classificação, mas não se descurarão todos os outros sectores desde os da Normalização, Documentação até aos da Arquivística, Catálogos colectivos, etc.

Angola, por intermédio do seu Instituto de Investigação Científica, patrocina a deslocação, numa manifestação de apreço que muito nos apraz verificar. Cumpre-nos aqui salientar o decidido apoio do seu director Doutor Cannas Martins, que revelou sempre o mais alto espírito de compreensão por este curso, e do nosso colega Dr. António Correia, que se tem mostrado entusiasta e de animado espírito de meritória colaboração. Era intenção dos Cadernos que esta iniciativa tivesse a maior representação possível. Infelizmente, por compreensíveis dificuldades económicas, o número de monitores teve de ser reduzido e assim houve que restringir a estrutura do Curso adoptando um plano de linhas muito mais modestas do que as inicialmente previstas. Outras iniciativas, porém, estão gisadas, esperando nós que então haja uma maior participação dos nossos colegas, o que agora infelizmente, e apesar dos esforços feitos, não pode verificar-se.

A ida a Luanda ministrar um curso de técnica bibliográfica destinado ao pessoal que trabalha nos arquivos, bibliotecas e centros de documentação angolanos, é uma tarefa da maior responsabilidade. Podemos mesmo dizer que está em jogo a real capacidade dos nossos técnicos da especialidade. Aquela organização está a ser cuidada com todas as cautelas, pois temos a consciência de que as Jornadas de Luanda que se avizinham constituirão uma prova decisiva no futuro dos nossos bibliotecários e arquivistas. Eles vão dar uma amostra da sua capacidade, vão revelar ao País aquilo que poderão fazer de extremamente útil e — por que não? — patriótico.

Sentido o peso das responsabilidades, Cadernos, altamente conscientes do que este passo significa, estão a organizar as coisas de molde a atingirem plenamente os objectivos que sempre se propuseram: a dignificação do bibliotecário e do arquivista português!

Para que a iniciativa resulte, todos — os que infelizmente não podem ir e os que têm o pesado encargo de ir ministrar conhecimentos de base — têm de dar o melhor esforço e mostrar o mais alto espírito de compreensão, pois criticar é fácil, destruir ainda mais. Mas estamos crentes e seguros de que as Jornadas de Luanda vão ser um êxito que se reflectirá imediatamente no prestígio e na dignidade de uma alta profissão técnica.